



Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano - UFMG

Quando la práctica académica sale al territorio: la experiencia del Taller Multidisciplinar: los LUMEs y la práctica de la planificación metropolitana - UFMG.

***Junia Maria Ferrari de Lima¹, UFMG,
juniaferrari15@gmail.com.***

***María Florencia Sosa, NPGAU-UFMG,
arq.florenciasosa@gmail.com.***

***Laís Grossi de Oliveira, UFMG,
grossideoliveira.lais@gmail.com.***

¹ professora adjunta do depto. de urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e doutoranda do NPGAU, na mesma instituição

Ana Paula de Oliveira Freitas, UFMG,
ana.oliveiraf96@gmail.com

RESUMO

As potencialidades do ensino de planejamento nas universidades num processo de aprendizado mútuo Sociedade-Universidade, considerando o marco de uma disciplina curricular de graduação ofertada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é o referente que guia este trabalho. O presente artigo apresenta, por um lado, uma reflexão crítica sobre a situação atual no ensino universitário e, por outro lado, a experiência multidisciplinar de alunos e professores da Oficina Multidisciplinar, utilizando-a como instrumento para uma formação mais crítica e pragmática da prática universitária nas comunidades do território metropolitano. O artigo está estruturado em cinco partes: *Introdução*, a partir da apresentação sucinta da discussão abordada ao longo do trabalho; *Resgate ao Programa LUMEs*, por meio da exposição do contexto das primeiras menções ao programa e sua trajetória no tempo; *Aprendizado Mútuo*, através da discussão crítica sobre o posicionamento articulador da Universidade, em confronto a uma colocação assistencialista, considerando uma dialética dupla aplicada no contato entre instituição e sociedade; *o Programa LUMEs e o Aprendizado Mútuo*, através da exposição da experiência da oficina multidisciplinar, considerando uma prática que transcende os limites da instituição ao território, junto com o detalhamento do desenvolvimento verificado em cada projeto parceiro da disciplina; e, por fim, *Conclusão*, fechando a exposição do conteúdo debatido no texto, com uma discussão em torno do papel da Extensão Universitária e sua continuidade no ensino acadêmico.

Palavras Chave: extensão universitária, planejamento metropolitano, Universidade-Sociedade.

RESUMEN

La referencia que guía este trabajo es el potencial que tiene la enseñanza de la planificación en las universidades en el marco de un proceso de aprendizaje mutuo Sociedad-Universidad, considerándola en el ámbito una disciplina curricular del curso de graduación ofrecida por la Escuela de Arquitectura de la Universidad Federal de Minas Gerais. El presente artículo expone, por un lado, una reflexión crítica sobre la actual situación de la enseñanza universitaria y, por otro, la experiencia de los alumnos y profesores del Taller Multidisciplinar, utilizándolo como un instrumento para la formación más crítica y pragmática de la práctica universitaria en las comunidades del territorio metropolitano. El texto está estructurado en cinco partes: *Introducción*, donde se presenta brevemente la discusión abordada a lo largo del trabajo; *Rescate del Programa LUMEs*, donde se expone el contexto de las primeras apariciones del programa así como su trayectoria en el tiempo; *Aprendizaje Mutuo*, donde se discute críticamente sobre el rol articulador de la Universidad en oposición a una postura asistencialista, considerando una doble dialéctica aplicada al encuentro entre institución y sociedad; *el Programa LUMEs y el Aprendizaje Mutuo*, donde se describe la experiencia del Taller Multidisciplinar, considerándolo como una práctica que trasciende los límites de la institución, llevándola hacia el territorio, relatando detalladamente el desarrollo de cada uno de los proyectos asociados al Taller y, finalmente, *Conclusión*, como cierre de la exposición debatida en el texto, con una discusión en torno del rol de la Extensión Universitaria y su continuidad en la enseñanza académica.

Palabras Clave: Extensión universitaria, Planificación metropolitana, Sociedad- Universidad

INTRODUÇÃO - A UNIVERSIDADE COMO PRODUTORA DE SABER – O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO ATUAL

"A Universidade é produtora de saber e não só de conhecimento. O conhecimento intelectual é apenas um dos componentes do saber. A universidade tem como matéria-prima insumo, instrumento e produto o pensar, o sentir e o agir" (SALES, 1987, p.2, grifo nosso).

A prática da extensão universitária no Brasil remonta ao início do século XX, mesmo que de forma ainda não institucionalizada. Sua história se confunde com a criação do ensino público no país e, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, suas primeiras ações se deram em um caráter assistencialista na forma de "cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e [de] prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, [...] na década de 1920" (FORPROEX, 2012, p.7).

Só bem mais tarde, já na década de 1960 e limitada pelo quadro político de uma ditadura instalada, é promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), que institui, em seu Artigo 20, a Extensão Universitária. A referida Lei estabelece a necessidade de uma aproximação entre as instituições de ensino superior públicas e a comunidade, seja por meio de cursos, serviços ou atividades de ensino (FORPROEX, 2012, p.8).

Desde então as ações extensionistas vem ganhando cada vez mais espaço na cena acadêmica e, de meras ações de cunho assistencialista, passaram a constituir um dos três pilares de sustentação da Universidade Pública no Brasil - Ensino, Pesquisa e Extensão -, desempenhando a função de articuladora entre os dois primeiros. A Constituição de 1988, em seu Artigo 207, vai reforçar o caráter indissociável entre esses três pilares, além de estabelecer o apoio financeiro por parte do Poder Público para as atividades de pesquisa e extensão (FORPROEX,2012).

Tudo isso contribuiu para o fortalecimento das ações extensionistas, bem como para o amadurecimento do seu papel enquanto elemento articulador, não apenas entre as atividades de Ensino e Pesquisa, mas fundamentalmente entre Universidade e Sociedade civil. Entretanto, ainda são muitos os desafios a serem superados no sentido de reconhecer a importância dessas ações, especialmente no atual cenário brasileiro de incertezas para a Educação e para a Universidade Pública. Por outro lado, as aproximações conquistadas ao longo do tempo tem demonstrado, cada vez mais, o papel importante da Universidade junto aos movimentos sociais nas lutas por justiça social, inclusão, moradia, diversidade, dentre outros.

A discussão que se pretende no âmbito deste trabalho tem como objeto o Programa LUMEs (Lugares da Urbanidade Metropolitana), parte integrante das Políticas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte ²(PDDI/RMBH). O referido Programa está sendo implementado, a princípio, como uma Oficina Multidisciplinar aberta a toda a comunidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir da grade curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (EA/UFMG). Sua proposta de trabalho visa a elaboração de projetos socioculturais, de forma compartilhada, junto a comunidades da RMBH. A efetivação dos LUMEs como Projeto de Extensão foi aprovada no último edital do Programa de Extensão Universitária (PROEX), com implementação de 01 bolsa para graduando a partir de março de 2017, entretanto a experiência da disciplina ao longo dos dois últimos semestres antecipou parte dos objetivos a serem alcançados pelo Projeto enquanto ação extensionista.

² A RMBH contempla hoje 34 municípios.

Este trabalho se estrutura a partir do entendimento da proposta dos LUMES e sua contextualização dentro do processo continuado de Planejamento Metropolitano da RMBH. Em seguida aborda o conceito de aprendizado mútuo no Planejamento Urbano, entendido por John Friedmann (1993) como processos em que tanto o conhecimento do especialista como o da população afetada são igualmente importantes e encontram-se em constante relação. Por fim, estabelece aproximações entre tal ideia, o projeto dos LUMES e a proposta de uma gestão contínua e compartilhada da RMBH com a prática da disciplina ao longo dos dois semestres de sua existência.

RESGATANDO A PROPOSTA DOS LUMES

O programa LUMES, tal como foi mencionado anteriormente, integra o PDDI/RMBH, inserindo-se como parte da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos. O processo de elaboração do PDDI se deu a partir de uma parceria entre a Universidade³, o Estado⁴ e a Sociedade civil organizada, que durante mais de um ano se reuniu para discutir os temas afetos à RMBH⁵. Toda a discussão para elaboração do Plano envolveu os mais diversos campos do conhecimento, com profissionais de áreas variadas, viabilizando a produção de extenso material sobre o tema.

Durante o processo se constituiu uma forte rede de atores metropolitanos (profissionais da Universidade, movimentos sociais, representantes do legislativo municipal e estadual, sociedade civil em geral, etc.) interessados na continuidade daquela discussão. Emergia, então, o interesse em se constituir uma instância permanente de colaboração para o desenvolvimento de estudos analíticos e críticos sobre as questões metropolitanas. Somava-se a isso o propósito de divulgar e disponibilizar todo o material coletado e produzido durante o processo de elaboração do PDDI ao maior número de cidadãos possível. Tal intenção de compartilhar saberes e conhecimentos relativos à metrópole tomava por base a aposta de que este poderia ser um dos caminhos para a autonomia, uma vez que "Com os espaços e a cidade cada vez mais subordinados aos especialistas, afastam-se os sujeitos da possibilidade de autonomia, da possibilidade de emancipação e do direito à cidade" (P4, p. 193).

Nesse sentido, constitui-se, então, a ideia dos Lugares de Urbanidade Metropolitanos - LUMES - como espaços, físicos e virtuais, de articulação entre Universidade, Estado e Sociedade Civil. Além dos objetivos diretamente ligados naquela ocasião ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, de sua disponibilização ampliada e de mobilização para seu acompanhamento, interessava, principalmente, a manutenção de um processo que ali se iniciava: a discussão ampliada do planejamento metropolitano através do aprofundamento da participação e pela construção da autonomia e da emancipação social de grupos locais (UFMG, Macrozoneamento Metropolitano, 2014, p.133, Produto 1). Suas atribuições se sintetizaram em três frentes de ação:

³ Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

⁴ Através da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (SEDRU/MG) e da Agência Metropolitana, órgão responsável pelo planejamento e gestão dos assuntos metropolitanos no Estado.

⁵ Todo o material referente ao Plano está disponível no site www.rmbh.org.br/pddi/

1- Projeto de Comunicação Social - difundir informações com especial preocupação à linguagem utilizada, permitindo, assim, sua apropriação de forma ampla, principalmente por setores populares e não especializados;

2- Projeto de Capacitação Técnica e Comunitária - apoiar a construção de uma cidadania metropolitana por meio de atividades de formação dirigidas às demandas locais e comunitárias. Desta interação buscava-se, também, o recolhimento de dados locais para alimentação do planejamento metropolitano integrado e participativo de forma contínua;

3- Projeto de Acompanhamento e Controle Social - auxiliar atores metropolitanos, especialmente a sociedade civil organizada, a monitorar a implementação do processo de planejamento metropolitano com as prioridades acordadas durante seu desenvolvimento. (UFMG, PDDI, 2011, Produto Final).

É importante ainda entender o projeto como um processo que busca instituir e fortalecer redes entre atores metropolitanos para então empreender ações ensejadas, como a discussão continuada do planejamento metropolitano e a luta por maior participação em seus processos decisórios. Esse seu caráter processual, evidentemente reflete na estrutura dos espaços, que devem ser flexíveis para abarcar diferentes dinâmicas de articulação que se estabelecem, evitando engessá-las ou burocratizá-las (UFMG, Macrozoneamento Metropolitano, 2014, p.27, Produto 2).

A princípio foram mapeados grupos locais nos municípios da RMBH já envolvidos em algum tipo de prática sociocultural, considerando a grande capacidade de aglutinação e promoção de cidadania dessas práticas. O objetivo era a integração desses locais de produção e difusão de práticas socioculturais do território metropolitano para constituírem uma rede continuada que promovesse, em suas práticas cotidianas, discussões sobre cidadania, planejamento urbano e identidade metropolitana. Essa investigação deu origem ao Mapeamento da Identidade Cultural da RMBH, que serviu de alimento ao portal desenvolvido para abrigar as informações que vêm sendo geradas ao longo do processo de Planejamento Metropolitano⁶.

Entretanto, a falta de recursos humanos e financeiros que pudesse dar sustentação à implantação do Projeto, nos moldes acima, foi determinante para a busca de outras alternativas. Neste sentido a implantação da disciplina tornou-se uma opção viável, uma vez que poderia se constituir em uma oportunidade para o início dos trabalhos junto a alguns parceiros que se mostraram interessados na construção do Projeto LUMEs em seus municípios, como veremos a seguir.

PARTICIPAÇÃO E APRENDIZADO MÚTUOS

O APRENDIZADO MÚTUO E A DUPLA DIALÉTICA COMUNIDADE-UNIVERSIDADE

“O saber que funciona como transformador de saberes não é o saber dos autores e dos professores. É o saber de quem, independentemente do grau de instrução e da função técnica-administrativa no processo de produção, esteja transformando saberes” (SALES, 1987 P.3)

Já em 1993, no seu texto “Toward a Non-Euclidian Mode of Planning”, John Friedmann nos instiga a pensar num modelo de planejamento novo e apropriado. Ele propõe mudar o paradigma do

⁶ <http://www.rmbh.org.br/>

planejamento e que os projetos tenham as características da planificação não-euclidiana, ou seja, que tenham lugar em tempo real e que conhecimento e ação estejam relacionados num único processo.

Nessa perspectiva, o autor considera que o planejamento deve ser normativo, político, negociador e baseado no aprendizado social. Para avançar neste último conceito - o de aprendizado social - ele acredita que é necessário ao planejamento gerar uma retroalimentação crítica, aliada ao desenvolvimento de uma forte memória institucional e a um processo com reuniões abertas e horizontais que convidem à crítica e aos comentários. Dessa forma, valida-se o conhecimento e a experiência das pessoas “comuns” e consolida-se o aprendizado mútuo entre o expert e a população afetada (FRIEDMANN, 1993).

Parte da metodologia da disciplina baseia-se nessa noção de aprendizado mútuo. Os alunos são convidados a abandonar a visão tecnicista tradicionalmente presente nas práticas de planejamento e também nas práticas acadêmicas, propondo uma nova forma, onde o conhecimento tenha relação com os lugares em questão, seu cotidiano e seus atores. Ao levar o ensino para fora da sala de aula e pautado pelo aprendizado mútuo, não há apenas a tradicional e linear transferência de conhecimento professor-aluno, mas um processo entre todos os envolvidos de escuta, aprendizado e reflexão sobre os conteúdos em questão.

Durante a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito (Equador) no mês outubro de 2016, foi adotada a Nova Agenda Urbana, documento que visa orientar a urbanização sustentável pelos próximos 20 anos. Nos pontos referentes ao item “Nosso ideal comum”, sustenta-se que as cidades:

“promovam a participação, a colaboração cívica, gerem um sentimento de pertencimento e propriedade entre todos seus habitantes, [...] contribuam a melhorar a interação social e intergeracional, as expressões culturais e a participação política” (HABITAT III, 2016. Tradução nossa).

Na base desse discurso, assenta-se a ideia de que a cidade é para todos, ou seja, o ideal do “direito à cidade”. Dessa forma, a cidade faria cumprir sua função social quando todos tenham igualdade de direitos e oportunidades (HABITAT III, 2016).

Tal ideal de cidade é reforçado pela Oficina em questão ao construir um processo coletivo, que visa criar vínculos em níveis institucionais e informais, ampliar a participação nas questões relativas à RMBH e contribuir ao fortalecimento de uma identidade metropolitana.

O PROGRAMA DOS LUMES E A EXPERIÊNCIA DE APRENDIZADO MÚTUO

A EXPERIÊNCIA DA OFICINA MULTIDISCIPLINAR: OS LUMES E A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO - UFMG

A disciplina tem como proposta o envolvimento dos alunos na elaboração e execução de diversos projetos junto a grupos parceiros da RMBH. Por ser aberta a todos os cursos da UFMG, a Oficina possibilita a integração de diversos campos de saber, enriquecendo as discussões e as práticas. Em vigor desde o início do primeiro semestre de 2016, ela pretende ser um piloto para implantação de “internatos metropolitanos”, de maneira a criar oportunidades de aprendizado para os alunos desde a experiência cotidiana junto às comunidades parceiras. Os internatos metropolitanos

configuram uma das bases de apoio na conformação dos LUMEs, apoiados, como vimos, na articulação entre o Estado, a Sociedade Civil e a Universidade.

Os beneficiários são, por um lado, os grupos parceiros da disciplina, por outro, a própria universidade. Se os primeiros adquirem experiência e conhecimento a partir das discussões com os grupos da universidade e do exercício continuado de discussões cidadãs, a comunidade acadêmica tem a oportunidade do contato com práticas e vivências que se constituem através de demandas reais da população, portanto saberes cotidianos que extrapolam os conteúdos acadêmicos. É também beneficiária nesse processo a instância metropolitana, que se fortalece a partir das redes criadas entre os diversos grupos locais, aproximados pelas práticas dos LUMEs.

O processo de envolvimento, em geral, pode ser sistematizado do seguinte modo: algum ator da comunidade local entra em contato com os professores e voluntários envolvidos com o Projeto e, a partir de reuniões de discussão, são apresentadas as demandas dos grupos, bem como sua história, ideais e intenções. A disciplina contribui de forma diferenciada para cada uma dessas demandas, respeitando os limites e potencialidades levantados. Nessa troca são desenvolvidas propostas de ações para potencializar os grupos no sentido de sua maior consolidação e inserção nas discussões sobre as questões locais e metropolitanas. A ideia é que, deste pontapé, cada um dos projetos parceiros continue seu percurso e que a articulação estabelecida junto aos demais parceiros da disciplina seja mantida e ampliada.

Até o presente momento nenhum dos projetos contou com apoio financeiro ou patrocinadores, exceto com auxílio do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG, que contribui com uma bolsa para docente de graduação e com uma quantia para cobrir parte dos custos com deslocamento dos discentes e docentes. Sendo assim, o projeto trabalha com recursos reduzidos e suas ações são sempre pensadas a partir de materiais doados e de mão de obra voluntária dos alunos, moradores e colaboradores. Em geral, ferramentas, lanche e veículos para deslocamento são compartilhados e disponibilizados pelos próprios envolvidos.

QUANDO O CONHECIMENTO É COMPARTILHADO E APLICADO: SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DE CADA PROJETO ABORDADO NA OFICINA MULTIDISCIPLINAR NO ANO DE 2016

A disciplina foi ofertada duas vezes desde seu início, durante esse período seis projetos socioculturais localizados em diversos municípios da RMBH e alinhados ao conceito dos LUMEs foram apoiados. Durante o primeiro semestre de 2016 foram contemplados os projetos: Associação Santa Martinha (Ribeirão das Neves/MG); Coopervesp (Vespasiano/MG); Feira Saia da Linha (Vespasiano/MG); Incubadora Criativa (Ribeirão das Neves/MG), com seu nome modificado posteriormente pelos envolvidos para “Projeto CASULO”; e Parque Barroço (Matosinhos/MG). No segundo semestre, dois projetos tiveram continuidade - projeto CASULO e Parque Barroço - enquanto um novo projeto foi agregado: Vila Vicentina (Raposos/MG).

A Associação Santa Martinha é um espaço, localizado no município de Ribeirão das Neves, que oferece oficinas e materiais para que pessoas majoritariamente com idade superior aos 60 anos possam desenvolver trabalhos artesanais no tear. A partir de um valor mínimo para o custeio dos materiais, são oferecidos ainda aos inscritos café da manhã e almoço, tornando-se também um local de encontro e lazer. Durante o desenvolvimento desse projeto,



DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA: QUAIS OS CAMINHOS DC *Figura 1: Associação Santa Martinha*
Fonte: Acervo virtual da disciplina

os alunos junto aos parceiros buscaram otimizar os trabalhos realizados na Associação, a partir do uso de retalhos de algodão descartados por uma fábrica de vestuário. Além disso, também foi estabelecido o contato entre algumas feiras da RMBH e as tecelãs - incluindo a Feira Saia da Linha, também agregada como um projeto da disciplina - de modo a criar um vínculo intermunicipal entre os grupos, além de expandir as possibilidades de produção e venda.



Figura 2: COOPERVESP

Fonte: Acervo digital da disciplina

também o orçamento dos materiais para a obra. Além disso, métodos organizacionais e de gestão foram apresentados aos parceiros, foi disponibilizada em consultoria em contabilidade e foram promovidos contatos com outras instituições, de modo a expandir e interligar os conhecimentos na RMBH.

A COOPERVESP, ou Associação de Recicladores e Grupos Produtivos da Vila Esportiva e Região, é um grupo atuante no município de Vespasiano que realiza a separação de resíduos sólidos de materiais, como plástico, papel e papelão visando o seu reaproveitamento. Durante a parceria com os alunos da disciplina, foi feita uma leitura crítica da produção, incluindo questões espaciais, de gestão, de integração no mercado, de transporte e de ampliação da coleta no bairro onde se localiza o grupo. Uma das principais demandas expostas pelos

parceiros foi a ampliação do espaço, dando origem a propostas construídas em conjunto, que incluíam

A Feira Saia da Linha originou-se a partir do coletivo Saia da Linha, que buscava fazer com que a população, do município de Vespasiano ou não, tivesse acesso às atividades socioeducativas e bens culturais fora da área central do município, em um processo de descentralização da valorização dessa produção cultural. O nome “saia da linha” faz referência à Linha Verde⁷, via expressa que interliga o centro do município de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins/MG) e margeia os bairros Maria José e Santa Clara, locais onde a feira atua. A parceria mostrou-se muito



Figura 3: Feira Saia da Linha

Fonte: Acervo digital da disciplina

efetiva, já nos encontros de aproximação diversas questões emergiam, junto com suas possibilidades de resposta. Desse processo cabe frisar importantes realizações conjuntas, como a aquisição de barracas para os feirantes (que antes eram alugadas), a reorganização da posição das barracas, considerando usos conflitantes e estratégias de atração dos compradores, a incorporação de um ambiente recreativo às crianças no espaço e o aperfeiçoamento do sistema de limpeza. Além das questões citadas, o grupo passou a participar mensalmente da exposição Feira

⁷ A Linha Verde é parte dos investimentos massivos promovidos pelo governo estadual nos últimos anos para a configuração do Eixo Norte, um novo eixo de expansão imobiliária e econômica da RMBH.

de Tudo, organizada na Escola de Arquitetura da UFMG, expandindo o contato dos parceiros com outros produtores artesanais da RMBH.



Figura 4: Projeto CASULO (antiga Incubadora Criativa)
 Fonte: Acervo digital da disciplina

A antiga Incubadora Criativa, atualmente reconhecida como Projeto CASULO, foi acompanhada nos dois semestres de existência da disciplina. A parceria surgiu a partir do interesse de alguns grupos culturais do município de Ribeirão das Neves, intermediados pela Secretaria de Cultura do município. Esse grupo tinha como objetivos fortalecer a cena cultural do município e ocupar com atividades voltadas para a formação técnica dos artistas e produtores culturais locais o imóvel abandonado onde localizavam-se as antigas caixas d'água de abastecimento da cidade. Durante o primeiro semestre, vários encontros foram promovidos

com diversos coletivos, produtores e atuantes da cena cultural de Ribeirão das Neves, constatando-se que o município possui uma variedade cultural extremamente rica, havendo, contudo, dificuldades com relação ao deslocamento no território, bem como falta de comunicação e articulação entre os entes culturais. Com base nessas constatações, duas importantes ações foram realizadas: a criação do grupo digital *Rede de Trabalhadores da Cultura de Ribeirão das Neves*, para comunicação entre os produtores culturais do município, divulgação de suas atividades, eventos e oportunidades de editais; e o início da discussão sobre apropriação das caixas d'água. Alguns encontros foram organizados no terreno neste período, incluindo mutirões e uma programação cultural para o espaço. Uma biblioteca experimental também foi instalada por jovens e participantes do projeto, de modo a incentivar a utilização do espaço.

A parceria entre a disciplina e o Parque Barroco, assim como o Projeto CASULO, também teve continuidade no segundo semestre de 2016. A proposta do Parque nasce da identificação por parte dos integrantes da própria comunidade da notável fragilidade do município de Matozinhos na disponibilidade de espaços públicos e de áreas verdes para a população da região. Ele seria, portanto, um polo de lazer, cultura e educação, agregando os demais municípios metropolitanos. O processo de planejamento coletivo adotado nos demais projetos foi também estruturador no caso do Parque do Barroco, sendo uma de suas ações a organização de uma caminhada pelo parque



Figura 5: Parque Barroco
 Fonte: Acervo digital da disciplina

para seu reconhecimento e a discussão sobre o espaço junto a população, empregando a metodologia do mapeamento coletivo para a identificação das demandas e desejos da população. À partir desta ação, que instigou a população a participar mais ativamente do projeto, uma comissão foi formada pelos moradores, sendo responsável por levar adiante a apropriação e

consolidação do parque. Outra ação foi o mutirão de plantio de cerca de 200 mudas de plantas pela própria população, aliado a outras atividades culturais .



Figura 6: Vila Vicentina
Fonte: Acervo digital da disciplina

Por fim, a Vila Vicentina foi a única parceria iniciada no segundo semestre de 2016 no contexto da disciplina. A proposta surgiu a partir da procura da equipe da universidade pelos idealizadores da Casa de Gentil, espaço de convívio e culturas localizado no bairro Várzea dos Sítios, no município de Raposos. A intenção seria a apropriação de uma antiga vila desocupada, localizada ao lado da Igreja do Rosário, em que anteriormente funcionava um asilo. O objetivo seria tornar a vila um espaço para a discussão de assuntos, como cidadania, planejamento urbano e principalmente da ideia de *Permacidade*. Tal proposta visa a valorização da cidade de Raposos por seus próprios

moradores, construindo um outro sentido para além daquele de uma cidade dormitório. Para viabilizar a apropriação do espaço, um projeto de reforma seria necessário e nessa necessidade concentraram-se os esforços dos alunos da disciplina. O levantamento das edificações e do terreno foram realizados com a ajuda de atores locais, gerando material para dar suporte a uma futura proposta de intervenção e à busca de formas de seu financiamento. Foi acordado ainda o apoio da disciplina na construção de um financiamento coletivo, visando a divulgação do novo espaço e a atração da população de Raposos e de outros municípios da RMBH, além de ser o principal meio de custear suas obras de recuperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EXPECTATIVAS PARA O FUTURO QUE JÁ ESTÁ AQUI

A discussão em torno do papel da Extensão Universitária torna-se ainda mais necessária tendo em vista o atual contexto brasileiro, cujos horizontes apontam para um futuro nada promissor para a educação. Especialmente em relação às Universidades Públicas, delinea-se um cenário de muitas incertezas, com comprometimento de sua expansão, quiçá de sua manutenção, além de severos prejuízos para as áreas de pesquisa. Nessas circunstâncias, faz-se necessário que tais instituições acadêmicas aproximem-se da sociedade, tomando parte na construção de respostas conjuntas ao cenário atual.

Por vários motivos as ações extensionistas se apresentam como alternativas importantes de atuação para a Universidade pública como a capacidade de envolvimento com a sociedade civil em geral rompendo as barreiras entre academia e comunidade; a competência para realização de práticas que geram, simultaneamente, benefícios para a população e para a comunidade acadêmica; o baixo custo de realização; e seu grande potencial catalizador e transformador de processos sociais. Além disso, a Extensão Universitária é uma das oportunidades de retorno dos investimentos públicos em educação na forma de ações para a comunidade em geral.

Segundo a PNEU:

"A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de interação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. [...] Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer. (FORPROEX, 2012, p.10 e 13).

Por outro lado, alguns cuidados são fundamentais em relação a essas ações como observa Santos (2004). O autor percebe uma forte tendência de funcionalização da universidade pelo neoliberalismo, confundindo extensão com prestação de serviço a baixo custo. Para que a Extensão cumpra seu papel de interlocutora entre universidade e sociedade civil e também de articuladora entre Ensino e Pesquisa é preciso evitar sua orientação para "atividades rentáveis" sob a justificativa de se "arrecadar recursos extra orçamentários". Do contrário, estaremos diante de "uma privatização discreta (ou não tão discreta) da universidade pública" (SANTOS, 2004, p54).

A experiência da Oficina Multidisciplinar, apesar de uma ação extensionista ainda não institucionalizada, aproxima-se bastante do objetivo e formato das ações extensionistas. A experiência contribui no estreitamento da relação entre Universidade e sociedade e torna útil alguns dos seus conhecimentos além dos esforços nela empreendidos (por professores, alunos, bolsistas etc). É nessas ocasiões que, de certa maneira, a Universidade assume sua função social, ao contribuir à transformação de nossa realidade desigual e injusta.

A disciplina contribui ainda no avanço da concepção dos LUMEs, continuamente em mudança para se adequar às diferentes situações que vão se apresentando ao longo do processo. É um desdobramento direto dessa experiência, por exemplo, a mudança da ênfase do programa para a construção de redes entre os atores da RMBH, mais do que na constituição concreta desses espaços - físicos e virtuais.

O valor didático de tal experiência para os alunos e professores da disciplina é também incontestável, pois colocam o conhecimento acadêmico em diálogo com a realidade, levando à relativização de certos pressupostos teóricos e a refutação ou confirmação de outros tantos, trazendo, assim, outras reflexões e complexidades à temática.

Por outro lado, a manutenção das redes estabelecidas durante a disciplina e sua continuidade de forma autônoma é ainda um grande desafio. É também um desafio a introdução junto aos grupos do debate em torno do planejamento urbano e da cidade por eles aspirada. Em outras palavras, os grupos parceiros são capazes de mobilizar atores locais a participarem e discutirem nas micro-escalas das ações, entretanto, falta expandir a escala dessa reflexão: Qual é a cidade por eles desejada? Em que metrópole eles querem viver?

Nota-se, então, que o principal desafio do Programa em questão reside na produção coletiva de mudanças, tanto no território metropolitano, vislumbrando espaços mais justos e democráticos, como também em nossa própria Universidade, buscando formas de aprendizado capazes de superar a relação unilateral professor-aluno ou a dominação do conhecimento científico em relação aos demais saberes. Ou seja, mais do que "transformar" uma determinada realidade, é o objetivo da disciplina "transformar-se" e transformar seus alunos e professores.

REFERÊNCIAS

- UFMG. Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MZ-RMBH. Belo Horizonte, 2014.
- UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI RMBH – Produto Final. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FRIEDMANN, J. Towards a Non-Euclidian Mode of Planning. In: Journal of the American Planning Association, 59 (4). Autumn 1993. p. 482 - 5, 1993
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/proex/Documentos> (Acesso em 25/11/2016)
- HABITAT III. Proyecto de documento final de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre la Vivienda y el Desarrollo Urbano Sostenible (Hábitat III),2016
- SALES, Ivandro da Costa . Universidade e Sociedade - Como resgatar suas principais relações. Contexto & Educação , Unijui - RS, 1987.
- SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> (Acesso em 25/11/2016)